Estudo comparativo do acesso à justiça no Brasil e no México

Comparative Study of Access to Justice in Brazil and Mexico

DOI: 10.46814/lajdv3n3-042

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Guilherme Mucceli Moreira Rangel Cruz

Doutorando em Estudios Sociales pela Universidad Nacional del Litoral (UNL), Argentina.

Advogado, licenciado pela Universidade FUMEC e graduado em Ciências Sociais pela

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: guimuccelimrc@hotmail.com

RESUMO

Este artigo foi elaborado na perspectiva de tentar contribuir para a melhoria da justiça brasileira. Por meio de aporte bibliográfico, foi feito um estudo comparativo entre México e Brasil, no qual foram levantadas não apenas informações relevantes sobre o acesso à justiça, mas também curiosidades acerca da pesquisa jurídico-científica nos dois países. O objetivo com o presente estudo circunscreve-se na discussão sobre o acesso ao poder judiciário nesses dois países supramencionados, dando enfoque à jurisdição mexicana, mas trazendo uma reflexão comparativa dessa garantia fundamental em ambos os países. Buscar-se-á o Direito Comparado como método de estudo desse fenômeno, pois que ele possibilita colocar lado a lado as disposições de Brasil e México, com suas distintas realidades. As conclusões, devidamente destacados nas considerações finais, revelam que apesar das diferenças entre os sistemas jurídicos adotados no Brasil e México há, no modelo jurisdicional mexicano, importantes fatores que poderiam ser incorporados pelo sistema brasileiro, visando à garantia fundamental do acesso e à elevação da eficiência da justiça.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Direito comparado. Direito fundamental. Federalismo. Brasil e México.

ABSTRACT

This article was written in an attempt to contribute to the improvement of Brazilian justice. A comparative study between Mexico and Brazil was carried out by means of a bibliographical survey, in which not only relevant information about access to justice, but also curiosities about the legal-scientific research in the two countries were collected. The objective of this study is to discuss the access to the judiciary in these two aforementioned countries, focusing on the Mexican jurisdiction, but bringing a comparative reflection of this fundamental guarantee in both countries. Comparative law will be used as a method to study this phenomenon, since it makes it possible to place side by side the provisions of Brazil and Mexico, with their distinct realities. The conclusions, duly highlighted in the final considerations, reveal that despite the differences between the legal systems adopted in Brazil and Mexico, there are, in the Mexican jurisdictional model, important factors that could be incorporated by the Brazilian system, aiming at the fundamental guarantee of access and the elevation of the efficiency of justice.

Keywords: Access to justice. Comparative law. Fundamental right. Federalism. Brazil and Mexico.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda o fenômeno do acesso à justiça em dois ordenamentos jurídicos: México e Brasil e busca, por meio da comparação entre ambos os países, entender as principais diferenças e semelhanças entre seus respectivos ordenamentos jurídicos e, principalmente, comparar os principais resultados alcançados.

O acesso à justiça é um tema já recorrente na ciência do Direito. A temática foi reconhecida, em diversos tratados internacionais, como direito humano fundamental e, por assim apresentar-se, configura-se em uma garantia e na subsequente obrigatoriedade de sua efetivação junto à respectiva população, por parte do Estado.

Esse compromisso para com o acesso à justiça constitui um dos pilares da construção do Estado Democrático de Direito e a garantia desse direito fundamental passa a situar-se no cerne da relação entre Estado e sociedade.

A consolidação dessa garantia se efetiva por meio de instrumentos internacionais. Reconhece-se, destarte, a obrigação estatal de garantir à população o acesso à justiça através da eficiência judicial. Em outras palavras, cabe aos Estados engajar-se no comprometimento para garantia de tais prerrogativas fundamentais.

É válido suscitar que a temática do acesso à justiça é recorrente no âmbito do Direito Comparado e da ciência jurídica. Inesgota-se o debate e perdura um elevado número de questões, ainda sem consenso, acerca do que esse acesso representa tanto para a doutrina quanto para os operadores do Direito.

A priori, o acesso à justiça é dado como o ingresso à jurisdição e é exatamente pela amplitude desse conceito é que surgem questões como: seria característica única do acesso à justiça a gratuidade do ingresso? A garantia de um defensor público para as pessoas que não podem pagar por tais prerrogativas? Ou são outros os fatores que a configuram?

Diante desse cenário de dúvidas sobre essa configuração, não é objeto do presente artigo esmiuçar tal debate ou indicar soluções, mas sim, apresentar um breve panorama sobre o acesso à justiça.

Outrossim será feito um estudo comparativo acerca do acesso justiça em dois ordenamentos jurídicos, a saber México e Brasil, indiferentemente de serem elas bem sucedidas ou não, com vistas à melhoria da eficiência da justiça e da garantia dos direitos fundamentais.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O debate acerca do tema acesso à justiça começa a tomar espaço no cenário jurídico-internacional e merecer a devida relevância, apenas em meados do século passado. Isso devido ao fato de que percebeu-se a distopia entre as necessidades da população e a forma como o governo e seus institutos judiciários assistiam-na à época.

O "acesso à justiça" representa objeto privilegiado de reflexão da ciência jurídica. É notório que, abordar tal temática, implica fazer referência a uma série de outras temáticas correlacionadas, como a da resolução de conflitos e a gratuidade (ou não) do acesso, para citar apenas duas.

No tocante a esse tema, a literatura é bastante vasta, o que torna complexa a discussão e, de certa forma, traz limitações à tentativa, de arrolá-la nesse restrito espaço de um artigo.

Adentrar nesse debate é, também, tratar de Estado Democrático de Direito, que mais do que a positivação de garantias fundamentais - instituídos constitucional e legalmente - requer por parte do Estado a generalização do exercício e das garantias fundamentais aos cidadãos a ele pertencentes.

O tema do acesso à justiça é globalmente estudado. Sendo os efeitos desse acesso distinto em cada sociedade, passíveis de serem afetados por critérios políticos, sociais, econômicos e até culturais. Tal instituto é considerado um direito fundamental, reconhecido por diversos tratados internacionais.

A título de exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de dezembro de 1948, em seu artigo oitavo dispõe:

“Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.”

Nota-se, portanto, uma nova configuração na dialética Estado-sociedade, ou seja, é clara a obrigação dos Estados para com a garantia e a efetivação generalizada das garantias e dos direitos fundamentais dos cidadãos. É um compromisso assumido pelos governos de ratificar a aplicação e o respeito a tais garantias. Esse compromisso é um dos pilares fundamentais na construção do Estado Democrático de Direito. Amparados por instituições internacionais, é reconhecido às sociedades, em regra, a possibilidade de reclamar e/ou reivindicar direitos perante órgãos jurisdicionais competentes.

Deve-se entender a essência do "acesso à justiça" como uma busca inesgotável para que as demandas sociais rompam com o formalismo burocrático em prol e em busca de seus Direitos e que, efetivamente, estes sejam cumpridos.

De acordo com Cappelletti (1988):

O Acesso à Justiça pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos Direitos Humanos – de um sistema jurídico moderno igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. (CAPPELLETTI, 1988, p.12).

Quando o homem começou a agrupar-se em sociedade, desde os primórdios, é notória a desigualdade existente na comunidade, já que obtinha maior destaque a pessoa que era mais sábia e/ou a mais forte. Não era garantido à toda população direitos iguais, ou seja, nem todos pertencentes àquela comunidade recebiam o mesmo tratamento no tocante aos direitos inerentes às pessoas, devido ao fato de que a isonomia jurídico-existencial somente se configurava, em tese, para os nobres - entenda "nobres" como possuidores de privilégios, sejam eles físicos, intelectuais, familiares ou biológicos.

Até então, não havia que se falar em acesso digno e/ou justo, pois não existiam direitos a serem exigidos das instituições do Estado - do Judiciário, por exemplo. É a partir do estado Liberal que se configuram os primeiros sinais do que se entende como "acesso à justiça", quando os filósofos apreciavam e refletiam uma eventual solução advinda de um direito formal. Nesse contexto, reconhece-se o acesso à justiça como um direito básico, ou seja, de fato a garantia ao acesso é um direito social.

Esse âmbito do ordenamento jurídico inclui atividades destinadas para assegurar que todos os cidadãos possam solucionar seus litígios perante uma instância dotada de poder legítimo (competência) para realizar decisões vinculantes; assistência jurídica; gratuidade, quando necessária; entre outros. Não obstante, os reconhecimentos das garantias fundamentais, tal como é o acesso à justiça, não devem ser analisadas como problemáticas ou não. Mas sim, deve preocupar-se com a positividade real do direito.

É notório que muitas das legislações, de países distintos, já tem incorporado em seus respectivos textos normativos a garantia fundamental, porém os problemas gerais da administração da Justiça se apresentam na realização efetiva de um acesso amplo à Justiça.

Segundo Cappelletti (1988),

“O ‘acesso’ não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica.”. (CAPPELLETTI, 1988, p.12)

2 MÉXICO

Inicialmente, faz-se importante trazer uma explicação quanto ao motivo da escolha do México como jurisdição a ser estudada e comparada à brasileira no presente artigo.

Os estudos em Direito Comparado entre Brasil e México são poucos quando analisada a vasta gama de informações e conteúdos entre ambos os ordenamentos jurídicos - semelhanças e/ou diferenças. Há uma grande diferença desses ordenamentos, diferenças essas contempladas em um número limitado de estudos.

Compreender melhor o ordenamento jurídico mexicano, em especial, no tocante acesso à justiça do país, traz uma primeira congruência: a origem da colonização. Semelhantemente ao Brasil, o México também fora colonizado por um país ibérico - Espanha. O México, mormente, é um país parecido com o Brasil no tocante aos problemas enfrentados pela democracia vigente: violência, desigualdade social e corrupção.

O México se organiza de forma característica e peculiar. O federalismo mexicano, tal como preconiza tal instituto, é composto pela distribuição de competências, ou seja, a organização e distribuição dos órgãos da federação são dispostos de forma delineada e abarcados pela Constituição vigente. O que diferencia um Estado Federativo do outro é justamente a maior ou menor autonomia concedida aos membros pertencentes a esse Estado.

A Constituição Mexicana, diferentemente da do Brasil, outorgou aos entes federativos a competência para legislar sobre matéria civil; é dizer, os estados têm autonomia suficiente e amparo constitucional para elaboração de códigos civis específicos que serão aplicados em territórios específicos e limitados do estado. É impensável, atualmente, no Brasil, tal aplicação, já que todos os estados brasileiros estão submetidos a um código civil uno e universal - por meio do artigo 22, inciso I de sua Constituição que versa:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Assim sendo, é possível, por exemplo, que em determinados estados mexicanos o tratamento penal seja diferenciado uns dos outros; isto é, cada estado membro pode versar acerca das matérias tanto civil quanto penal de seus respectivos territórios.

Aos estados mexicanos é lícita a regulamentação, v.g., da capacidade civil da população, ou seja, cada entidade federativa (estado) tem a competência para determinar a idade que se alcança a capacidade plena para exercer atos da vida civil.

Portanto, cada estado é responsável por determinar qual é a idade que os indivíduos devem ter para serem responsabilizados por seus atos. Na esfera penal, o ordenamento jurídico mexicano também possibilita aos estados membros da federação legislar acerca de determinadas temáticas. É o caso da maioria penal. A título de exemplo, no estado de Michoacán - sudoeste do México - a maioria, diferentemente de outros estados e do Brasil, inclusive, é de 16 anos.

“No Estado federal mexicano, a Constituição fixa a divisão de competências entre as duas ordens previstas: a Federação e as entidades federativas. A competência de origem pertence aos Estados, que delegam uma série de faculdades à Federação, que tem atribuições limitadas, isto é, enumeradas. Tudo o que não está expressamente previsto para a Federação

constitui faculdade do Estado. A Constituição dita, claramente, o que pode fazer o poder federal e o restante é da competência das entidades federativas". (BARACHO, 1982, p. 208).

A forma que a constituição mexicana dispõe sobre a distribuição de competências está abarcada em seu artigo 40, e, com o primeiro parágrafo do artigo 41, que preconizam:

"Artículo 40: Es voluntad del pueblo mexicano constituirse en una República representativa, democrática, laica, federal, compuesta de Estados libres y soberanos en todo lo concerniente a su régimen interior; pero unidos en una federación establecida según los principios de esta ley fundamental."

"Artículo 41: El pueblo ejerce su soberanía por medio de los Poderes de la Unión, en los casos de la competencia de éstos, y por los de los Estados, en lo que toca a sus regímenes interiores, en los términos respectivamente establecidos por la presente Constitución Federal y las particulares de los Estados, las que en ningún caso podrán contravenir las estipulaciones del Pacto Federal."

Os artigos supramencionados versam que as entidades federativas têm sua própria Constituição, através da qual organizam livremente a estrutura dos governos, sem contrariar o que é prerrogativa da lei maior mexicana: a Constituição de 1917.

Ainda segundo Baracho (1982), os Estados são livres e soberanos, desde que suas regulamentações internas não contrariem o pacto escrito na Constituição geral, que é a unidade do Estado Federal.

As prerrogativas do ente federal são expressas, fazendo com que, portanto, as competências dos entes locais sejam todas aquelas não ditas e delimitadas pela constituição. É esse o teor do artigo 124 da constituição mexicana de 1917:

"Artículo 124: Las facultades que no están expresamente concedidas por esta Constitución a los funcionarios federales, se entienden reservadas a los Estados."

É clara, destarte, a divisão de competências entre a Federação e as entidades federativas. É notável na organização do ordenamento jurídico mexicano um poder legislativo local mais abrangente e forte – por meio da competência legislativa e atribuições para legislar sobre matérias importantes às quais não estão expressamente atribuídas à Federação.

A jurisdição mexicana, ainda no tocante ao acesso à justiça e sobre as respectivas legislações civis, permite à população um recurso conhecido como "amparo casación"; um recurso que trata do controle da legalidade das leis. Um instituto processual constitucional que garante ao litigante um controle de legalidade, o qual é permitido emergir contra a interpretação da justiça estadual e discuti-la no poder judiciário federal.

O artigo dezessete da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917 estabelece:

Ninguna persona podrá hacerse justicia por sí misma, ni ejercer violencia para reclamar su derecho.

Toda persona tiene derecho a que se le administre justicia por tribunales que estarán expeditos para impartirla en los plazos y términos que fijen las leyes, emitiendo sus resoluciones de manera pronta, completa e imparcial. Su servicio será gratuito, quedando, en consecuencia, prohibidas las costas judiciales. (MÉXICO, 1917)

É o artigo supracitado - da carta magna mexicana - que preconiza as principais características no tocante ao acesso à jurisdição mexicana.

O acesso à justiça deve ser focado sob dois aspectos fundamentais, a saber:

Primeiro o que contempla o princípio geral e básico segundo o qual toda pessoa deve ter direito ao livre acesso aos tribunais de justiça para fazerem valer seus direitos. Princípio este reconhecido no segundo parágrafo do referido artigo 17.

E o segundo, de acordo com RODRÍGUEZ Y RODRÍGUEZ (1992), o que contempla um recurso ou procedimento especificamente destinado a proteger todas as pessoas contra atos de autoridade que represente violência de algum ou alguns dos direitos e liberdades fundamentais que a constituição consagra.

A doutrina mexicana considera que o segundo parágrafo desse artigo, vinculados ao primeiro e ao terceiro, estabelece a garantia do acesso à Justiça, a qual obriga o Estado, por tanto, a estabelecer tribunais específicos e a procurar os meios necessários para o bom funcionamento, nos termos que versa a própria constituição. (HÉCTOR FIX-FIERRO, 1999.)

A discussão acerca do acesso à justiça pelo México é conhecida, pelo menos, desde os anos setenta. Fato pelo qual fez desse debate um tema de grande relevância no contexto do Estado de bem-estar social e do Estado Democrático de Direito.

Em última instância o acesso à justiça é uma das condições para aprofundar na democratização da sociedade mexicana e da vigência do Estado de Direito. (HÉCTOR FIX-FIERRO, 1999.)

3 BRASIL

As garantias fundamentais foram amplamente discutidas e englobam em grande proporção no texto constitucional vigente desde 1988 - ano da promulgação da carta magna da República Federativa do Brasil. Elencados, principalmente, em seu artigo quinto, o texto constitucional, assim como grande parte dos Estados ao redor do mundo, prevê e garante aos governados um rol de elementos fundamentais para a vida em sociedade:

Inciso XXXVII: não haverá juízo ou tribunal de exceção.

Inciso LIII: ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

Conforme apontado por ANDRADE, 2010:

"Essas garantias são complementadas no âmbito da própria Constituição, quando esta, ao regular o Poder Judiciário (arts. 92 a 126) já prevê a distribuição de competência entre vários órgãos judiciais, instituindo, assim, originariamente, o juízo natural, bem como regulamente as garantias que conferem ao Poder Judiciário e aos seus integrantes a independência necessária para exercerem a função jurisdicional com a devida imparcialidade."

Ainda sobre as garantias fundamentais está prescrito:

Inciso LIV: ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Inciso LV: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Inciso LVI: são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Inciso LXXIV: o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Inciso XXXV: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 foi amplamente influenciada pelos movimentos sociais; um vasto conteúdo de garantias e de direitos proclamou um rol de garantias fundamentais aos cidadãos. Não obstante, essa construção político-social cria uma verdadeira *bill of rights*. Fato que demonstra e consagra o caráter cidadão da Carta Magna brasileira.

Os direitos que constroem a cidadania foram aumentados de forma significativa, pois, como já visto, foram incorporados, por meio de tratados internacionais, de maneira a consagrar esse direito fundamental através da Constituição.

As principais garantias fundamentais, conforme já mencionado, estão dispostas pelo artigo quinto da constituição, porém, nota-se ao longo do texto constitucional outros elementos garantidores do acesso à jurisdição no Brasil: o artigo 127, que regulamentam acerca do Ministério Público; e o artigo 134, que versa sobre a defensoria pública:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Com os artigos supramencionados, o Estado brasileiro apontam a Defensoria Pública, os advogados (vide artigo 133 da Constituição de 1988) e o Ministério Público como essenciais à função

jurisdicional do Estado, seja para a orientação e defesa jurídica, seja para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e/ou dos interesses coletivos e difusos.

Refletir sobre a questão do acesso à justiça no Brasil requer uma visão panorâmica desse processo e, especialmente de suas peculiaridades. E nesse exercício de pesquisa é que as deficiências poderão ser mapeadas e tratadas pontualmente.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem pautado sua atuação dentro dessa perspectiva, ou seja, o órgão, inclusive em seu sítio eletrônico, deixa clara sua proposta de promover o acesso à justiça: (1) ao facilitar o acesso ao poder judiciário e (2) ao garantir a razoável duração dos processos.

Não só o CNJ, que está contido no Poder Judiciário do Brasil, mas as demais instituições pertencentes aos Três Poderes (executivo, legislativo e judiciário) devem atuar em prol do acesso à justiça, por meio da elaboração de políticas públicas para este fim.

Dessa maneira, percebe-se, de forma geral, uma verdadeira expansão acerca do acesso à justiça.

Portanto, é possível e provável que com o "enfoque do acesso à justiça", conforme apresentado por Cappelletti (1988), estejamos diante do período em que o Estado brasileiro promove o acesso à justiça. É válido dizer, outrossim, que acerca dessa temática há muito a ser feito na busca da garantia desse direito fundamental; e, que essa nova perspectiva gera novos desafios acerca do tema acesso à justiça.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou com o presente trabalho foi, tão somente, problematizar, comparar, a discussão acerca do acesso à justiça, entre Brasil e México, ampliando o foco da análise, comparando-os, e, ainda, discutir os elementos entre ambos os países.

A forma de estado escolhida por determinado país representa a maneira como se pretende distribuir o poder. Em seguida, analisar-se-á os meios para que tenhamos (ou não), de acordo com essa forma escolhida, a descentralização do poder pelo território. O federalismo mexicano nos mostra uma maior confiança em seus órgãos/instituições estaduais, ou seja, o federalismo brasileiro ainda carece de um domínio de sua entidade federal - a União.

Essa prevalência da União ocorre principalmente pelo engessamento criado pela Constituição de 1988, em relação à distribuição de competências. Ao delegar à União a maior parcela das competências legislativas e administrativas há a clara pretensão de se manter em Brasília as decisões acerca dos rumos tomados pelo país.

A legislação mexicana, em contrapartida, possibilita aos estados uma maior possibilidade legislativa e administrativa. Fato que fora promulgado pela Constituição de 1917. Tornando, portanto,

as entidades federativas mais autônomas e possuidoras de maior credibilidade perante o ordenamento jurídico como um todo.

Faz-se necessário uma maior distribuição do poder, para que as entidades estaduais possuam competência suficiente para melhorarem e adequarem suas leis, e, outros fatores destinados à população. Que, por sua vez, é repleta de diferenças culturais e sociais que envolvem e modificam não somente o ordenamento jurídico como grande parte da regulamentação de suas vidas.

No tocante ao acesso à justiça, a ênfase numa perspectiva constitucional contempla apenas um dos lados da questão e, embora fundamental, não é o único fator a ser levado em consideração.

Fatores políticos, socioculturais, econômicos, entre outros, também influem na temática do acesso à justiça.

Com a efetivação legal desse acesso e o crescimento do papel das instituições jurídicas, a cidadania deixa de ser uma mera abstração teórica, tornando-se, assim, positivada e materializada pelas representações do direito. Assim sendo, os direitos civis são firmados e garantidos pela Constituição de 1988 no Brasil e pela Constituição de 1917 no México - ao lado dos direitos políticos e sociais nas respectivas sociedades.

Como vimos neste artigo, a perspectiva constitucional é a forma pela qual os governos de Brasil e México, ampliaram o entendimento e a efetivação - ou pelo menos a tentativa de efetivá-la - do acesso à justiça para suas respectivas populações.

A finalidade é tornar a justiça mais acessível a todos, inclusive aos pobres. De maneira que o Estado é obrigado a garantir tais preceitos fundamentais à vida humana. Não é somente positivá-los em textos normativos, sejam eles Constituições ou Declarações internacionais, mas sim um comprometimento governamental de utilizar-se de todos os meios possíveis para garantir aos governados todos os meios possíveis para a efetivação desse direito fundamental.

A Democracia, destarte, tem papel fundamental para assegurar tais prerrogativas cíveis à população, sem distinção e sem exclusão de qualquer parcela e/ou grupo dessa sociedade.

A criação de órgãos especializados na defesa de tais garantias fundamentais - como, por exemplo, a Defensoria Pública - é essencial no tratamento da cidadania. É dizer, tais instituições não só complementam o acesso à justiça, como ajudam na garantia e na defesa das prerrogativas constitucionalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPPELLETTI, Mauro. Acesso a justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris, 1988.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do federalismo. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1982.
- Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos comentada, 3.ed, México, 1992, UNAM.
- RODRÍGUEZ Y RODRÍGUEZ, Jesús, "Comentario al artículo 17 constitucional", Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos comentada, 3.ed, México, 1992, UNAM.
- FIX-FIERRO, Héctor, "Comentario al artículo 17 constitucional", Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos comentada, 14a.ed., México, Porrúa-UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1999.
- CARMAGNANI, Marcello. Federalismos latinoamericanos: Mexico/Brasil/Argentina. México: El Colegio de Mexico: Fondo de Cultura Económica, primera edición, 1993.
- Andrade, Érico: O mandado de segurança: a busca da verdadeira especialidade: (proposta de releitura à luz da efetividade do processo) – Érico Andrade. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acesso em 26/07/2013. http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm
- <http://www.cnj.jus.br/>. Acesso em 22/07/2013.